



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
TOCANTINS  
CAMPUS ARAGUATINS  
CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO**

**IURY DE SOUSA FERREIRA**

**EXTENSÃO: UMA ANÁLISE SOBRE INCLUSÃO DE PESSOAS  
SURDAS/DEFICIENTES AUDITIVAS EM ATIVIDADES NO INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS – CAMPUS  
ARAGUATINS DE 2016 A 2019**

**ARAGUATINS**

**2020**

**IURY DE SOUSA FERREIRA**

**EXTENSÃO: UMA ANÁLISE SOBRE INCLUSÃO DE PESSOAS  
SURDAS/DEFICIENTES AUDITIVAS EM ATIVIDADES NO INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS – CAMPUS  
ARAGUATINS DE 2016 A 2019**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Computação do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins - Campus Araguatins, como exigência para a obtenção do grau de Licenciado em Computação.

**Orientador:** Prof. Me. Rogério Pereira de Sousa

**ARAGUATINS**

**2020**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins**

---

F383e Ferreira, Iury de Sousa  
Extensão: uma análise sobre inclusão de pessoas surdas/deficientes auditivas em atividades no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Araguatins de 2016 a 2019 / Iury de Sousa Ferreira. – Araguatins, TO, 2020.  
52 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Computação)  
– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins,  
Campus Araguatins, Araguatins, TO, 2020.

Orientador: Me. Rogério Pereira de Sousa

1. Atividades em eventos acadêmicos. 2. Deficiência auditiva. 3. Inclusão escolar. I. Sousa, Rogério Pereira de. II. Título.

**CDD 004**

---

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

**IURY DE SOUSA FERREIRA**

**ATIVIDADES SOBRE INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS/DEFICIENTES  
AUDITIVAS REALIZADAS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO TOCANTINS – CAMPUS ARAGUATINS DE 2016 A 2019**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Licenciatura em  
Computação do Instituto Federal de Educação,  
Ciências e Tecnologia do Tocantins - Campus  
Araguatins, como exigência para a obtenção do  
grau de Licenciado em Computação.

**Orientador:** Prof. Me. Rogério Pereira de Sousa

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA AVALIADORA**

---

Prof. Me. Rogério Pereira de Sousa (Orientador)  
IFTO – Campus Araguatins

---

Prof. Me. Ramásio Ferreira de Melo  
IFTO – Campus Araguatins

---

Prof. Me. Lucinalva Ferreira  
IFTO – Campus Araguatins

**ARAGUATINS**

**2020**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço às pessoas que contribuíram para a elaboração desse trabalho; aos meus professores, meu orientador, em especial; e aos meus familiares e amigos que me incentivaram a concluir essa etapa da minha vida.

## RESUMO

O que se investigou nesse estudo foram as atividades realizadas em eventos acadêmicos pelo IFTO – Campus Araguatins que incluíssem pessoas com deficiência auditiva/surdez. Tem-se como objetivo mostrar detalhadamente quais as atividades realizadas nos eventos do IFTO – Campus Araguatins de 2016 a 2019 objetivaram alcançar pessoas com deficiência auditiva/surdez; analisar a importância dessas atividades para esse público e a comunidade em geral; avaliar se essas atividades são o suficiente para amenizar a discriminação que existe com esse público. O método utilizado foi a revisão de literatura através da pesquisa bibliográfica. Como resultados verificou-se que apesar da existência de atividades destinadas ao público em questão, ainda é indispensável que sejam criadas bem mais atividades para que esse público tenha o apoio e incentivo necessários para o seu pleno desenvolvimento. Por fim, é imprescindível que o poder público federal, estadual e municipal estejam cientes dos problemas relacionados à educação para todos, como uma obrigação coletiva.

**Palavras-chave:** Atividades em eventos acadêmicos. Deficiência auditiva. Inclusão escolar.

## **ABSTRACT**

What was investigated in this study were the activities realized out at academic events by IFTO - Campus Araguatins that included people with hearing impairment/deafness. It aims to show in detail what activities were carried out at the IFTO events - Campus Araguatins from 2016 to 2019 aimed at reaching people with hearing impairment/deafness; analyze the importance of these activities for this public and the community in general; assess whether these activities are enough to ease the discrimination that exists with these people. The method used was the literature review through bibliographic research. As a result, it was found that despite the existence of activities aimed at the public in question, it is still essential that far more activities are created so that this public has the support and incentive necessary for their full development. Finally, it is essential that the Federal, Statual and Municipal Public Authorities are aware of the problems related to education for all, as a collective obligation.

**Keywords:** Activities at Academic Events. Hearing Deficiency. School Inclusion.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sistema auditivo humano.....	19
Figura 2 - Fluxograma com as etapas do desenvolvimento da pesquisa.....	38



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Eventos do ano de 2016.....	40
Tabela 2 - Eventos do ano de 2017.....	40
Tabela 3 - Eventos do ano de 2018.....	42
Tabela 4 - Eventos do ano de 2018.....	44

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de atividades em eventos – 2016.....	39
Gráfico 2 - Quantidade de atividades em eventos – 2017.....	40
Gráfico 3 - Quantidade de atividades em eventos – 2018.....	41
Gráfico 4 - Quantidade de atividades em eventos – 2019.....	43
Gráfico 5 - Eventos realizados de 2016 a 2019.....	44

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação da surdez quanto ao momento em que ela ocorre.....	21
Quadro 2 - Relação entre a intensidade da perda auditiva e as suas implica.....	21
Quadro 3 - Histórico sobre a surdez ao longo dos anos.....	23
Quadro 4 - Demonstração da palavra LIBRAS em sua própria língua.....	24
Quadro 5 - Demonstração do alfabeto e números em LIBRAS.....	26

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art. - Artigo

CDC - Convenção dos Direitos da Criança

CDPD - Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência

FORPROEX - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituição de Ensino Superior

IFTO - Campus Araguatins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Araguatins

LDB - Lei de Bases e diretrizes da Educação Nacional

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

MEC - Ministério da Educação

NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NEEs - Necessidades Educacionais Especiais

ONU - Organização das Nações Unidas

PCD - Pessoa com Deficiência

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

SIEPEX - Sistema Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFTO Campus Araguatins

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
1.1 Objetivo Geral.....	17
1.2 Objetivos específicos.....	17
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>18</b>
<b>2.1 Surdez X Deficiência auditiva</b> .....	<b>18</b>
2.1.1 Definições.....	18
2.1.2 Histórico .....	22
<b>2.2 A Língua Brasileira de Sinais e a educação bilíngue para alunos surdos e com deficiência auditiva</b> .....	<b>24</b>
<b>2.3 Inclusão escolar</b> .....	<b>26</b>
2.3.1 Conceito de educação inclusiva .....	27
2.3.2 Aspectos legais .....	27
<b>2.4 Formação docente</b> .....	<b>30</b>
2.4.1 Preparação dos professores para o processo inclusivo do aluno surdo ou deficiente auditivo.....	30
2.4.2 Expectativa do professor .....	31
<b>2.5 Inclusão de pessoas com deficiência auditiva em atividades acadêmicas realizados por Instituição de Ensino Superior (IES)</b> .....	<b>32</b>
2.5.1 Sobre a extensão universitária e pessoas com deficiência .....	32
2.5.2 Classificação das atividades de extensão do IFTO .....	34
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>36</b>
3.1 Quanto à classificação da pesquisa.....	36
3.2 Quanto aos métodos utilizados .....	37
3.3 Método de trabalho .....	38
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>39</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>50</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Vê-se que nesses últimos anos pessoas com deficiência tiveram maior acesso à educação, pois seus direitos foram redigidos e garantidos pela Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu capítulo V que trata especificamente da educação especial e traz ainda em seu Art. 59, parágrafo I a garantia de recursos educativos que atendam suas necessidades: De acordo com o artigo 59, os discentes com necessidades especiais serão assegurados pelo sistema de ensino, com conteúdos, meios, formas, recursos educativos e metodologia específica, para que seja atendido a todas as necessidades.

A questão da inclusão social das pessoas com deficiência pode ser mencionada como exemplo quando se trata da realidade atual da cidadania negada às minorias, e a restrita conscientização da sociedade relacionada com a relevância da participação ativa dessas pessoas no convívio social e nos diversos aspectos que esse engloba.

Por motivo de preconceitos, como destaca Mantoan (2006), a pessoa com deficiência tem suas limitações superestimadas em face de suas competências e por consequência, em várias situações, ela não consegue desfrutar de sua cidadania, pois tem seu direito de ser participante da sociedade diminuído quando não consegue participar, de forma inclusiva, da educação, cultura, dos serviços públicos, dentre outras características habituais ao cotidiano de cada pessoa.

Lutar pelos direitos da inclusão da pessoa com deficiência passou a se definir através de Leis e Diretrizes tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789); a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994); entre outras. Entretanto, mesmo com o direito adquirido, é fundamental a formação do professor para que o procedimento de inclusão seja concretizado.

Além de somente a adaptação das atividades, para que exista a inclusão nas práticas físicas, são necessárias dinâmicas e estratégias de aprendizagem diversificadas, adaptação ou complementação curricular, que resulta em um “novo arranjo pedagógico”.

Vendo esse cenário na educação mundial e nacional há que se pensar em como está essa inclusão dentro das esferas, como estado, município e bairro. Dessa forma, este trabalho trata-se de um estudo realizado no Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus Araguatins* (IFTO – Campus Araguatins), no município de Araguatins, extremo norte do Tocantins.

### **1.1 Objetivo Geral**

O objetivo geral é verificar a existência, quantidade e qualidade de eventos destinados a pessoas com deficiência auditiva por meio da inclusão através do ensino, pesquisa e extensão.

### **1.2 Objetivos específicos**

- Mostrar detalhadamente as atividades realizadas nos eventos do IFTO – Campus Araguatins de 2016 a 2019 que tiveram como público alvo pessoas com deficiência auditiva/surdez;
- Analisar a importância dessas atividades para esse público e a comunidade em geral;
- Avaliar se essas atividades são o suficiente para amenizar a discriminação que existe com essa comunidade.

Na seção 2, relativo ao Referencial Teórico, será abordado, primeiramente, algumas breves considerações acerca da surdez e deficiência auditiva, para assim, se comentar a respeito da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiência auditiva, e, por fim, sobre a formação docente.

Nos Procedimentos Metodológicos, seção 3, serão expostos os caminhos escolhidos para a realização deste estudo. Após essas considerações serão expostos e analisados, na seção 4, os dados obtidos através da pesquisa bibliográfica realizada na plataforma Sistema Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFTO Campus Araguatins (SIEPEX) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Araguatins (IFTO – Campus Araguatins).

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Surdez X Deficiência auditiva

As pessoas ainda possuem dificuldades em distinguir os significados das expressões “surdez” e “deficiência auditiva”, apesar das diversas fontes de pesquisa. Por esse motivo, no subtópico a seguir, serão expostas tais definições para aperfeiçoar o conhecimento dos futuros leitores desse texto.

Será abordado ainda, no subtópico posterior, um breve histórico sobre a surdez e a deficiência auditiva. Considera-se de extrema relevância conhecer o cenário em que as pessoas surdas/deficientes auditivas viveram e ainda permanecem. Dessa forma buscar-se-á depreender quais as dificuldades pelas quais elas passam.

#### 2.1.1 Definições

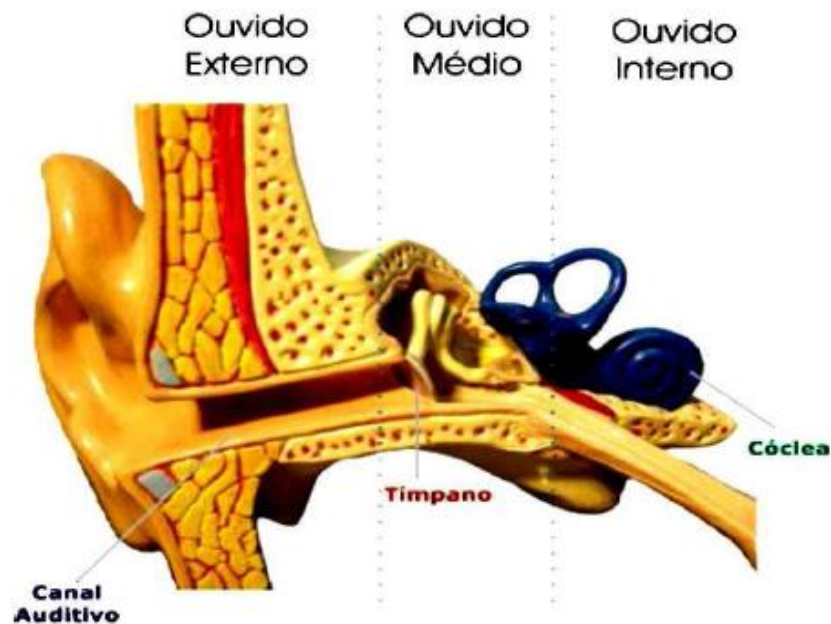
Este tópico trará a exposição de conceitos acerca do assunto abordado com base nos estudos dos seguintes autores: Cláudia A. Bisol e Carla Beatris Valentini, com a obra “Surdez e Deficiência auditiva – qual a diferença?”; Sônia Cristina Lourenço Ribeiro, com a obra “A educação física e a surdez. Domínio: Conhecimentos – Estudo comparativo entre alunos surdos e alunos ouvintes” e Carla Cristine Tesaro Santos Lino, com a obra “A formação de professores e dificuldades acadêmicas: inclusão de alunos surdos em escola estadual”.

O que se pode afirmar, inicialmente, é que tanto a surdez quanto as deficiências auditivas acontecem por causa da perda ou diminuição da audição. Frola (2003 apud LINO, 2015), esclarece que a perda total ou parcial da audição em algum dos ouvidos é o que tipifica a privação auditiva, que pode ocorrer por causa de doenças já existentes ou obtida, e isso faz com que a fala não seja aprendida.

O som, depois de transformado em sinais elétricos, é conduzido pelo nervo auditivo para o cérebro. Nele acontece a decodificação das palavras, ou seja, a ligação entre o que se ouve e o objeto ou ser. Se houver falha de captação do som por algum dos ouvidos, essa pessoa é considerada um deficiente auditivo.



Figura 1 – Sistema auditivo humano



Fonte: Lino (2015, p. 22)

Dependendo da parte do ouvido que foi afetada, a surdez é dividida em três tipos, conforme Ribeiro (2011) sendo elas:

- A surdez de transmissão, que advém do bloqueio parcial ou completo do acesso das vibrações do som do ouvido externo e/ou médio para o ouvido interno;
- A surdez de percepção ou neuro-sensorial, que acontece quando o som consegue alcançar o ouvido interno, porém, não o seu processamento não é realizado ou a transmissão não atinge o cérebro;
- A surdez mista, que ocorre quando existem danos ou mudanças relacionadas ao ouvido médio e interno.

Quando analisados organicamente, como observam Bisol e Valentini (2011, p. 1), as expressões “Surdo” e “Deficiente auditivo” são sinônimos por designarem aspectos de amenização da audição, tais aspectos são divididos em graus. Deve-se analisar, entretanto, o ângulo fundamentado na perspectiva histórica e cultural da pessoa.

Já do ponto de vista de Lino (2015, p. 24), essas expressões não podem ser consideradas sinônimas. Ele explica que a surdez tem proveniência congênita e a

deficiência auditiva é adquirida em algum momento da vida, seja por lesões, doenças ou acidentes.

Faz-se essencial expor que, consoante a Ribeiro (2011, p. 9), as pessoas surdas não se denominam como portadoras de tal limitação, “[...] mas como elementos pertencentes a um grupo social diferente, de uma identidade comum, utilizando outros métodos de comunicação que a sociedade deve considerar válidos.”

Bisol e Valentini (2011) afirmam que os deficientes auditivos não se reconhecem culturalmente com a população surda. O surdo que se comunica com a língua de sinais e sua comunidade, não desejam ser identificados como deficientes auditivos, pois sentem orgulho de serem surdos e não se veem com uma deficiência.

Pode-se perceber, então, que a utilização de uma ou outra expressão é extremamente ligada ao sentimento que a própria pessoa tem sobre tal condição, ao fato dela se aceitar, ou não, como parte de uma comunidade que compartilha das mesmas aflições e dificuldades.

Não é considerado apenas uma definição, explica Bisol e Valentin (2011). Essa distinção possibilita entender que uma pessoa surda não ficará invisível em uma sala, ou no trabalho, por exemplo, ela utiliza de libras e gestos para se comunicar e usar da mediação de um interprete. Já o deficiente auditivo passa por outro tipo de situação, é percebido pelos demais pelo uso da prótese auditiva, ou alguma dificuldade ao falar. Habitualmente, o deficiente auditivo se esforça para que não seja notada sua dificuldade. É desconfortante e muitas vezes causa discriminação e preconceito a perda auditiva.

A diminuição da capacidade auditiva pode gerar nas pessoas que a possui dificuldades em todas as esferas da vida. Desde a tenra idade esse fato é capaz de afetar seu desenvolvimento cognitivo, pois, ainda é escasso a presença de profissionais capacitados para auxiliá-los.

Uma das classificações que a surdez possui está relacionada ao período em que ela aconteceu na vida da pessoa. Para Ribeiro (2011, p. 12) essa divisão acontece da seguinte forma:

Quadro 1 – Classificação da surdez quanto ao momento em que ela ocorre

Classificação	
Surdo pré-linguístico	os que nasceram surdos ou que perderam a audição antes de terem desenvolvido a fala e a linguagem
Surdez peri-linguística	aqueles que estão na fase inicial da aquisição da linguagem
Surdo pós-linguístico	aqueles que perderam a audição após o desenvolvimento da fala e da linguagem

Fonte: Ribeiro (2011, p. 12)

Existe ainda a classificação da surdez quanto à intensidade da perda do som que a pessoa não possui a capacidade de capturar, essa intensidade é medida em decibéis (dB). Ribeiro (2011, p. 14), expõe um quadro onde encontra-se os graus de surdez e suas consequências quanto à audição:

Quadro 2 – Relação entre a intensidade da perda auditiva e as suas implica

Nível	Intensidade	Implicações
0/20 dB	Insignificante	
21/40 dB	Perda auditiva ligeira	Fala normal é percebida, mas a voz fraca não; alguns elementos fonéticos escapam; dificuldades com sons débeis ou distantes e de comunicação em locais ruidosos
41/70 dB	Perda auditiva moderada	Dificuldades na conversação normal, em grupo ou na turma; fala percebida em voz forte; leitura labial utilizada e dificuldades sem aparelho
71/90 dB	Perda auditiva severa	Muitas dificuldades na audição de palavras mesmo amplificadas; fala não percebida salvo em voz forte; leitura labial muito utilizada e aparelhamento indicado
91/ dB ou +	Perda auditiva profunda	Podem ouvir altos ruídos e sentir vibrações; geralmente não ouvem nenhuma palavra mesmo amplificada; necessitam de educação especial e de aparelho; leitura labial indispensável e podem não perceber nenhuma estrutura acústica através da audição

Fonte: Ribeiro (2011, p. 14)

Variando um pouco com relação ao Quadro 2, de Ribeiro, para Bisol e Valentini (2011, p. 1), os graus de surdez se limitam a: a) Perda de grau leve, onde “A palavra é percebida pelo indivíduo apesar da perda de alguns fonemas.”; b) Perda moderada, onde “A utilização de prótese auditiva e acompanhamento fonoaudiológico são necessários para suprir as dificuldades de comunicação e aprendizagem.” e c) Perda severa ou profunda, quando “não há compreensão da palavra sem fazer o uso da prótese auditiva ou, em alguns casos, do implante coclear.”.

### 2.1.2 Histórico

Este subtópico basear-se-á nos estudos de Lígia Correa Lustrosa da Veiga, com a obra “O papel do gestor escolar no processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais”; Andreza Marques de Castro Leão, com a obra “O processo de inclusão: a formação do professor e sua expectativa quanto ao desempenho acadêmico do aluno surdo” e, de Clênia Fabiana de Souza Lima, com a obra “A comunicação do professor com o aluno surdo: entre gritos, choros e desejos”.

Na antiguidade, conforme Leão (2004, p. 9), “[...] eles não eram sequer considerados humanos, pois o conceito de diferenças individuais não era compreendido e aceito nesta época”. Apesar dessa citação ter sido criada há 14 anos, ainda é fácil identificar pessoas que não compreendem e que não aceitam essa condição em que o outro se encontra.

Devido à falta de conhecimento sobre as diversas deficiências existentes e sobre informações relevantes sobre cada uma, as pessoas que a possuíam, inúmeras vezes, eram excluídas da sociedade e em alguns casos, até mortas. Veiga (2014, p. 17) afirma que ao decorrer da história, nota-se um período em que a educação era acessada por poucos privilegiados, pessoas com necessidades especiais eram muitas vezes excluídas e negligenciadas, sofrendo grande discriminação pela comunidade.

Na idade média, por influência da Igreja Católica sobre as decisões de muitos, as pessoas nascidas ou que tivessem adquirido algum tipo de deficiência eram tratadas com um mínimo de dignidade possível por alguns, entretanto, nem todos agiam dessa forma, segundo Leão (2004).

A seguir será exposto alguns momentos importantes no tocante à surdez:

Quadro 3 – Histórico sobre a surdez ao longo dos anos

Pensadores	Período histórico	Principal contribuição
Aristóteles	384-322 a.C.	Defendia que a consciência estava ligada aos sentidos, dessa forma, os surdos, por não terem capacidade de ouvir ou falar, eram vistos como seres capazes de aprender.
Bartolo Della Marca D’Ancora	Século XIV	A primeira proposta de instruir os surdos por meio de sinais e da oralidade.
George Dalgarno	Metade do século XVII	Constatou que os surdos tinham potencial para aprender e podiam alcançar os mesmos níveis que os ouvintes.  Descreveu o sistema primitivo do alfabeto manual, denominado datilologia.
Charles Michel de L’Épée	1760  A partir de 1821	Fundou, em Paris, a primeira escola para surdos, o Instituto Nacional para Surdos-Mudos de Paris.  Difundiou-se na América a American Sing Language (ASL) – Língua de Sinais Americana.
William Holder e John Wallis	Por volta de 1660	Ambos se aprofundaram na fala e escrita de pessoas surdas, assim, Wallis tornou-se o pai do método escrito na educação de surdos.
Lucinda Ferreira Brito	1980 (Brasil)	Iniciaram-se estudos que desencadearam no reconhecimento da LIBRAS em 2002, o que tem contribuído para a elevação do nível de escolaridade das pessoas surdas.
Decreto presidencial nº 5626	2005 (Brasil)	Torna obrigatório a inclusão de LIBRAS como disciplina curricular nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia.

Fonte: Lima (2015, p. 13)

No início da história do Brasil a educação era destinada somente aos filhos dos portugueses que tinham algum cargo importante perante a coroa. Foi preciso muitos anos de luta para que as pessoas menos abastadas conquistassem o direito de frequentar as escolas e, mais demorado ainda foi para que pessoas com deficiência tivessem esse direito.

A partir do século XVI começaram a surgir posicionamentos relacionados aos deficientes. Leão (2004), ainda diz que os conceitos correntes começaram a ser questionados por médicos pedagogos, que acreditavam que indivíduos deficientes que até então eram considerados não aptos a aprender, pudessem ser educados. Ações para o tratamento e ensino ao deficiente surgiram com a contribuição da tese da organicidade.

Passou-se, a partir daí, a considerarem as pessoas surdas como capazes de aprender, como outra pessoa que não possuísse nenhuma deficiência. Percebeu-se que essas pessoas também possuíam as habilidades necessárias para adquirir o conhecimento, entretanto, não havia instituições e tão pouco profissionais capacitados para tal.

Em 1987, D. Pedro II decretou a criação do Instituto dos surdos-mudos, localizado no Rio de Janeiro, hoje denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos. Esse foi, segundo os registros, o primeiro ambiente voltado para a educação de surdos no país, de acordo com Lima (2015, p. 11).

A partir de então as pessoas surdas, aqui no Brasil, começaram a ter, ainda que insuficientemente, um atendimento considerado na época, educacional. Atualmente, esse público conta com diversas leis para garantir a ele educação especializada, entre outras coisas que propiciam sua permanência na escola.

## 2.2 A Língua Brasileira de Sinais e a educação bilíngue para alunos surdos e com deficiência auditiva

Quadro 4 - Demonstração da palavra LIBRAS em sua própria língua



Fonte: Benedetti (2015)

Este subtópico terá como base os estudos de Adriano de Oliveira Gianotto, com sua obra “Ensino da LIBRAS como fator de desenvolvimento local em contextos de territorialidades”; Rundesth Saboia Nobre, com a obra “Processo de grafia da língua de sinais – uma análise fono-morfológica da escrita em *Signwriting*” e a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

Toda comunidade necessita de uma forma de se comunicar para que as partes possam se entender e, com a comunidade surda não é diferente. Existem várias línguas de sinais pelo mundo por existir diversas comunidades em países diferentes. Para tal comunidade brasileira foi desenvolvida a Libras.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, define a Libras como “a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”.

Fica claro, com o apresentado pela lei, que a Libras possui todas as características indispensáveis para ser considerada uma língua. Apresenta, ainda, características diferenciadas das línguas orais por utilizar predominantemente os gestos e expressão facial.

A linguagem usada pela comunidade Surda no Brasil é chamada de Libras. Essa língua consegue expressar níveis linguísticos em graus distintos como todas as outras línguas, possui gramática com organização própria, usadas por comunidades específicas, relata Karnopp (2004, apud NOBRE, 2011).

Porém, o aprendizado da Libras pelos alunos surdos e com deficiência auditiva só possibilita-lhes a comunicação dentro de sua própria comunidade e com pessoas ouvintes que se dispuseram a aprendê-la.

Para que esse aluno possa ser inserido em uma escola de ensino regular, é necessário que esta conste com um Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS). Esse profissional tem o papel de assegurar que o estudante consiga participar das aulas, de forma a compreender o professor regente, para assim, ter a oportunidade de desenvolver suas habilidades da mesma forma que seus colegas.

Por esse motivo muitos estudiosos defendem a ideia de um bilinguismo, que consiste em ofertar aos alunos surdos tanto o ensino da Libras, considerada como sua língua materna (L1), quanto a Língua Portuguesa na sua forma escrita, considerada como sua segunda língua (L2).

Cabe destacar ainda, conforme Gianotto (2016), que o ensino da Libras para alunos surdos não significa que está acontecendo a inclusão. Isso pode ser explicado pelo simples motivo de a Libras ser a língua materna de pessoas surdas, e todos terem o direito de receber tal ensinamento.

Quadro 5 - Demonstração do alfabeto e números em LIBRAS



Fonte: Benedetti (2015)

### 2.3 Inclusão escolar

No Brasil, conforme expõe o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), quase  $\frac{1}{4}$  da população (23,9%) possui determinada variedade de deficiência, seja de nascença ou adquirida. Das 45,6 milhões de pessoas que possuem alguma deficiência, 9.717.318 são surdas ou deficientes auditivas.

Através dos dados citados acima, percebe-se a quantidade de pessoas que necessitam de atendimento diferenciado. Isso é essencial para que as pessoas com deficiência auditiva/surdez possam desenvolver as mesmas habilidades e capacidades dos ouvintes, pois, as limitações impostas por essa condição coloca-os em uma situação desfavorável em relação ao aprendizado.

Além de serem ofertadas oportunidades de ingresso para as pessoas não ouvintes, conforme Miotto (2010), é essencial que seja garantida sua permanência na escola, para que eles participem das aulas através de metodologias voltadas para suprir limitações e incentivar o potencial.



### 2.3.1 Conceito de educação inclusiva

Conforme o dicionário Luft (2002, p. 159), inclusão é: “abranger, compreender, inserir, introduzir ou fazer parte”. Para complementar, segundo Mantoan (2006, p. 19), educação inclusiva pode ser considerada aquela “definida como a prática da inclusão de todos independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural, em escolas e salas de aula onde as necessidades dos alunos deficientes auditivos/surdos sejam satisfeitas”.

Portanto, para que a inclusão seja de fato realizada, é necessário que as necessidades de todos os alunos sejam supridas para que consigam se desenvolver, de acordo com a capacidade de cada um.

### 2.3.2 Aspectos legais

Este subtópico tratará de aspectos legais baseados na Convenção dos Direitos da Criança (CDC), realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1989; no Decreto 99.710 de 1990; na Declaração de Salamanca, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1994; na LDB de 1996 e na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD), realizada pela ONU, em 2008.

Em 1989 a UNESCO promoveu a CDC com a intenção de contribuir para o aperfeiçoamento do atendimento aos portadores de algum tipo de necessidade especial. Esse evento teve como principal foco as crianças, buscando colocar pontos que tivessem como foco central sua proteção. O artigo 23, dentre os 54 publicados no evento, trata diretamente das crianças portadoras de necessidades especiais.

Art. 23: Os Estados Partes reconhecem à criança mental e fisicamente deficiente o direito a uma vida plena e decente em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação ativa na vida da comunidade.

2. Os Estados Partes reconhecem à criança deficiente o direito de beneficiar de cuidados especiais e encorajam e asseguram, na medida dos recursos disponíveis, a prestação à criança que reúna as condições requeridas e aqueles que a tenham a seu cargo de uma assistência correspondente ao pedido formulado e adaptada ao estado da criança e à situação dos pais ou daqueles que a tiverem a seu cargo.

3. Atendendo às necessidades particulares da criança deficiente, a assistência fornecida nos termos do n° 2 será gratuita sempre que tal seja possível, atendendo aos recursos financeiros dos pais ou daqueles que tiverem a criança a seu cargo, e é concebida de maneira a que a criança

deficiente tenha efetivo acesso à educação, à formação, aos cuidados de saúde, à reabilitação, à preparação para o emprego e a atividades recreativas, e beneficie desses serviços de forma a assegurar uma integração social tão completa quanto possível e o desenvolvimento pessoal, incluindo nos domínios culturais e espirituais.

4. Num espírito de cooperação internacional, os Estados Partes promovem a troca de informações pertinentes no domínio dos cuidados preventivos de saúde e do tratamento médico, psicológico e funcional das crianças deficientes, incluindo a difusão de informações respeitantes aos métodos de reabilitação e aos serviços de formação profissional, bem como o acesso a esses dados, com vista a permitir que os Estados Partes melhorem as suas capacidades e qualificações e alarguem a sua experiência nesses domínios. A este respeito atender-se-á de forma particular às necessidades dos países em desenvolvimento. (UNESCO, 1989: 16-17)

No ano seguinte, em 24 de setembro, foi promulgado o Decreto 99.710/1990, onde consta que o Brasil, se comprometeria em executá-la plenamente: “Art. 1º A Convenção sobre os Direitos da Criança, apensa por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém”.

É preciso dar a devida atenção às pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, pois suas necessidades “[...] requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência [...]”, conforme a UNESCO (1990).

Em Salamanca, na Espanha, foi realizada a Conferência Mundial de Educação Especial em 1994, que reuniu 88 governos e 25 instituições internacionais. A declaração de Salamanca, como ficou conhecida, vinha com o objetivo de tratar sobre Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais, nela consta que:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem.
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades.
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (UNESCO, 1994: 1).

Já em 2008 a ONU realizou a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD). Aqui salientaram-se alguns fundamentos norteadores quando se trata de direitos e deveres para com as pessoas portadoras de necessidades especiais. Dentre eles, destacam-se:

1. Respeito pela dignidade inerente e autonomia individual incluindo a liberdade para fazer as próprias escolhas e independência das pessoas;
2. Não discriminação;
3. Participação total e efetiva e inclusão na sociedade;
4. Respeito pela diferença e aceitação das pessoas com deficiências como parte da diversidade humana e da humanidade;
5. Igualdade de oportunidades;
6. Acessibilidade;
7. Igualdade entre mulheres e homens;
8. Respeito pelas capacidades em desenvolvimento das crianças com deficiência e respeito do direito das crianças com deficiência de preservar suas identidades.

Essas conferências realizadas e decretos efetivados citados caracterizam uma notável progressão quanto ao tema em todo o mundo. Pretende-se, através dos mesmos, construir um futuro em que as pessoas surdas/deficientes auditivas serão tratadas de forma igualitária perante as outras e terão meios para desfrutarem de seus direitos.

Encontra-se, também, assegurados os seus direitos, aqui no Brasil. A LDB, (BRASIL, 1996) define a Educação Especial como a modalidade de educação escolar que necessitaria ser ofertada com prioridade nas escolas de ensino regular. Ainda é descrito que:

§1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de Educação Especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Artigo 59º I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação Especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante

articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

## 2.4 Formação docente

Este tópico basear-se-á em Melaine Duarte Ribeiro Muttão e Ana Claudia Balieiro Lodi, com a obra “Formação de professores e educação de surdos: revisão sistemática de teses e dissertações”; nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); em Andreza Marques de Castro Leão, com sua obra “O processo de inclusão: a formação do professor e sua expectativa quanto ao desempenho acadêmico do aluno surdo” e em Maria José Monteiro Benjamin Buffa, com a obra “A inclusão da criança deficiente auditiva no ensino regular: uma visão do professor de classe comum”.

A maior dificuldade encontrada pelos professores em lecionar para surdos e deficientes auditivos está, precisamente, na falta de capacitação durante a graduação e no desinteresse em se aperfeiçoarem para atender esse público.

No decorrer dos séculos, de acordo com Muttão e Lodi (2018), não havia preocupação com o desenvolvimento de educadores para os surdos em nosso país. A partir da década de 1970, que iniciou a formação em habilidades específicas para as áreas de educação especial, e ofertadas em cursos de pedagogia.

Conforme exposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1999), “A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos verdadeiramente.”

### 2.4.1 Preparação dos professores para o processo inclusivo do aluno surdo ou deficiente auditivo

O que se percebe nas salas de aula das escolas é que a maioria dos professores não tem capacidade para receber alunos surdos ou com deficiência auditiva. Falta, para esses docentes, conforme Leão (2004), preparação (capacitação, especialização na área de inclusão) durante sua graduação e o constante aperfeiçoamento, necessário em todas as profissões.

Não é somente o professor que trabalhará diretamente com alunos surdos ou deficientes auditivos que deve ter uma formação voltada para atendê-los, mas

todos os profissionais que podem vir a ter contato com algum desses alunos. Os professores, como observa Leão (2004) devem desenvolver uma formação teórico e prática para que haja o entendimento dos fundamentos que orientam sua prática pedagógica.

Uma das formas de melhorar a preparação dos docentes em sua formação para lidar com alunos surdos ou deficientes auditivos é, segundo Buffa (2002), através da incorporação de mais disciplinas referentes às Necessidades Educacionais Especiais (NEEs).

Quanto ao citado acima, salienta-se nesse estudo, que não deveriam ser somente os professores que possuem uma graduação voltada para as licenciaturas os que necessitam de disciplinas desse tipo em sua grade curricular. Levando em consideração que profissionais de qualquer modalidade de graduação (tecnólogo, licenciatura e bacharelado) podem se tornar professores, seria fundamental que todos pudessem estar preparados para trabalhar com pessoas surdas ou deficientes auditivas.

Além da oferta de disciplinas na graduação que tem como objetivo a inclusão de alunos com surdez ou deficiência auditiva (Libras, por exemplo), seria propício, também, que todos os professores em formação pudessem ter relações práticas com esses discentes, pois, o conhecimento não se constrói somente na teoria.

Faz-se importante, portanto, que todos os profissionais atuantes na docência tenham um mínimo de conhecimentos necessários para fazer com que esses alunos tenham a oportunidade de desenvolver suas habilidades e competências.

Para que o citado acima ocorra, Bevilacqua e Formigoni (1997 apud LEÃO, 2004, p. 35) consideram indispensável que o professor conheça e faça uso das seguintes orientações:

- O que é deficiência auditiva;
- Grau de deficiência auditiva do aluno e o que representa para seu desenvolvimento de linguagem e aprendizado;
- Dispositivos de amplificação sonora;
- Localização da criança na classe, considerando o efeito de reverberação, iluminação e ruído externo;
- Estratégias terapêuticas.

#### 2.4.2 Expectativa do professor

Conforme Leão (2004, 37-38) explica, a expectativa que o professor tem com relação à capacidade de aprendizado dos alunos com surdez ou deficiência auditiva é demasiadamente menor em comparação aos colegas ouvintes. Esse fato pode fazer com que os alunos não-ouvintes tenham dificuldades maiores que os alunos ouvintes.

Portanto, o sentimento vindo do professor com relação aos alunos com deficiência auditiva/surdez, provavelmente, causará neles um baixo rendimento e o não desenvolvimento das habilidades necessárias para consolidar seu aprendizado.

Isso acontece devido à falta de conhecimento sobre o assunto. Ocorre, ainda, de o professor não ter interesse em se aperfeiçoar para atender o público da comunidade onde a escola localiza-se.

## **2.5 Inclusão de pessoas com deficiência auditiva em atividades acadêmicas realizados por Instituição de Ensino Superior (IES)**

### 2.5.1 Sobre a extensão universitária e pessoas com deficiência

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX) foi criado, em 1987, e assumiu importante papel de articulação e pressão política junto ao Ministério da Educação (MEC), conceituando a Extensão da forma como ainda hoje é assumida: “A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”, conforme FORPROEX (1987, p. 11).

Com o objetivo de assegurar a inclusão dos alunos com deficiência por meio de uma aprendizagem inclusiva, é necessário que as instituições de Ensino Superior reorganizem suas ações institucionais, além disso, investir em pesquisa e extensão como parâmetros constituintes para a formação universitária.

Para FORPROEX (1987) a extensão garante a sociedade acadêmica, oportunidades para preparar a prática de um saber teórico. No regresso a universidade, educadores e educandos terão uma compreensão, acrescida a reflexão teórica e adicionada ao conhecimento. Este fluxo determina a troca de informações ordenadas e populares, que resultará na criação de conhecimentos advindas do

enfrentamento da realidade, tanto regional, quanto do Brasil; e a socialização do saber acadêmico e a atuação permanente da comunidade na participação da universidade. A extensão é a ferramenta deste processo dialético de combinação da teoria e prática, é uma tarefa que beneficia a perspectiva do social inclusivo.

O IFTO – Campus Araguatins (2019), no artigo 2º do seu regulamento das atividades de extensão, diz que a extensão é um procedimento educativo, que abrange a cultura, política, o âmbito social, científico e tecnológico, buscando promover a conexão com a pesquisa e a educação por meio de conhecimentos acadêmicos, fazendo com que haja uma ligação com o Instituto e a comunidade por meio de trocas de informações e experiências que juntam teoria e prática, gere novas informações, proporcione experiências diversas nos meios sociais, econômico e cultural, contribuindo para a formação completa e auxiliando para o avanço socioeconômico e cultural regional.

Juntamente a isso, segundo o Guia sobre a Lei Brasileira da Inclusão (2015), no Art. 77 foi definido que a fim de melhorar a qualidade de vida e o trabalho da pessoa com deficiência bem como sua inclusão social, o poder público deve fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a inovação e a capacitação tecnológica. Tal fomento deve priorizar a geração de conhecimentos e técnicas que proponham prevenção, o tratamento de deficiências e o desenvolvimento de tecnologias assistivas e sociais.

A Universidade quando em caráter público, tem como demanda todo tipo de cidadão e é preciso que se adeque para recepcioná-los pois é inacessível em aspectos imprescindíveis à inclusão como a necessidade da capacitação em Libras de funcionários que exercem funções que possuem como preceito a comunicação com diferentes tipos de pessoas. Desse modo, é indispensável que ela seja inclusiva e acessível, e se mobilize para atender de forma adequada o público de pessoas com deficiência, conforme Almeida e Lira (2013).

Pelo fato de a educação ser um direito de todos, sem nenhum tipo de distinção, a inclusão das pessoas com deficiência deve ser levada em consideração na realização de atividades acadêmicos organizados por IES.

Para esse objetivo ser atingido, a atividade deve ser adaptada para o participante, de acordo com Rodrigues (2006, p. 54) “adaptar é adequar a exigência da tarefa ao nível de desempenho do executante”.

Só a inclusão de surdos/deficientes auditivos nas esferas educacionais não assegura a realização do que o direito fundamental à educação prega. Além de assegurar o direito é necessário subsidiar condições para a continuidade do processo. Ou seja, é preciso que a educação tenha qualidade, com acessibilidade que favoreça as pessoas não-ouvintes e seus familiares, além de adquirir condições aos profissionais para exercer seus trabalhos. Esse último é uma condição *sine qua non*, para a introdução e até a continuidade dos estudos dos indivíduos com surdez/deficiência auditiva.

Dessa forma, o papel desempenhado por agentes educacionais – professores especializados em educação especial ou educação inclusiva, intérpretes e fonoaudiólogos – é muito relevante para a formação; é por meio desses agentes que é possibilitada a comunicação dos surdos com o mundo ouvinte, através da otimização de estratégias, técnicas e ações que viabilizem as etapas de ensino aprendido nessa nova conjuntura.

Os agentes ouvintes devem ter fluência na linguagem de sinais, compreensão da cultura surda, reconhecimento de pessoas surdas, como também alunos e colegas surdos como sendo aptos e a linguagem de sinais possuindo a mesma condição que a língua portuguesa. Compete ao agente proporcionar a aprendizagem da categoria escrita da língua predominante, informam Pereira e Vieira (2009).

### 2.5.2 Classificação das atividades de extensão do IFTO

Conforme o regulamento das atividades de extensão, suas atividades têm a seguinte classificação:

Art. 3º A extensão tem como diretriz a disseminação de conhecimentos por meio de atividades classificadas nas seguintes modalidades: programas, projetos, eventos, atividades de internacionalização, cursos de formação inicial e continuada, prestação de serviços tecnológicos à comunidade, e relações com o mundo do trabalho.

[...]

I - Programas: conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter continuado, multidisciplinar e integrado às atividades de pesquisa e/ou de ensino e inovação, e que devem atender às disposições a seguir: a) possuir um ou mais projetos e outras atividades de extensão articulados e contínuos; e b) possuir duração mínima de doze meses; II - Projetos: conjunto de atividades processuais contínuas, desenvolvidas por prazos determinados, com objetivos específicos, podendo ser vinculados ou não a um programa, classificados de acordo com as



definições abaixo: a) projetos tecnológicos de extensão: atividade de pesquisa e/ou de ensino que tenha interface com a aplicação tecnológica; b) projetos sociais: compreendem atividades transformadoras, desenvolvidas ou aplicadas na interação com comunidades e apropriadas por elas, que representem soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida; c) projetos culturais, artísticos e esportivos: compreendem a elaboração de atividades culturais, artísticas e esportivas, de acordo com as necessidades das comunidades em foco; e d) projetos de geração de renda: compreendem atividades formavas e informavas direcionadas à formação empreendedora em seu sendo mercadológico; III - Cursos: ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, presencial e/ou a distância, planejada para atender às demandas de um determinado público, visando ao desenvolvimento, à atualização e ao aperfeiçoamento de conhecimentos; IV - Eventos: ação que tem por objetivo promover e divulgar o fazer institucional com a participação de público interno e externo. Estão incluídas nessa categoria campanhas, palestras, ciclos de estudos ou de palestras, circuitos, oficinas, concertos, espetáculos, recitais, shows, exibições públicas, colóquios, conferências, congressos, encontros, exposições, feiras, festivais, fóruns, jornadas, lançamentos de publicações ou produtos, mesas-redondas, dias de campo, mostras, rodadas, reuniões, semanas escolares/acadêmicas, seminários, simpósios, debates, torneios, workshops, campeonatos, entre outros; V - Atividades de Internacionalização: toda e qualquer atividade institucional com o objetivo de promover e fortalecer as ações e o IFTO no âmbito internacional; VI - Prestação de Serviços: toda espécie de atividade ou trabalho lícito, material ou imaterial, contratada mediante contrapartida ou não, excluídas as relações de emprego e outros serviços regulados por legislação específica; e VII - Visita Gerencial: ação que tem por finalidade promover a interação dos setores da instituição com o mundo do trabalho, com o objetivo de divulgar o IFTO às empresas e instituições, para verificar potenciais parceiros para o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão. (IFTO – Campus Araguatins, 2019, p. 3)

Como exposto anteriormente, a extensão do IFTO pode ofertar vários tipos de atividades com duração e objetivos distintos. Para que a difusão do conhecimento ocorra, o que é o objetivo da extensão universitária, é necessário que todas as pessoas possam participar de forma igual, daí a necessidade da inclusão das pessoas com algum tipo de deficiência ou limitação.

Existem ainda áreas distintas que servem como alicerce para a extensão do IFTO, as quais foram propostas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal (FORPROEXT), que são: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. (IFTO – Campus Araguatins, 2019, p. 3)

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Quanto à classificação da pesquisa

Quanto à sua natureza, a pesquisa básica, é característica desse estudo, como mencionam Prodanov e Freitas (2013, p. 51), é aquela que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.”

Quanto aos objetivos, esse estudo caracteriza-se pela pesquisa exploratória, que tem o objetivo de levantar mais informações para a realização de um estudo que está em seu início, consoante a Prodanov e Freitas (2013, 51). Para isso ela pode utilizar-se de diversos meios de pesquisa.

Já o procedimento técnico escolhido foi a pesquisa bibliográfica que “é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”, como relatam Lakatos e Marconi (2003, p. 158).

A pesquisa bibliográfica para este trabalho foi dividida em duas partes: a primeira é a responsável por dar base a todo o estudo do pesquisador, pois é através desta que construir-se o referencial teórico. A partir daí serão modelados seus conceitos e pensamentos acerca de um assunto. A segunda parte será a pesquisa realizada no site Sistema Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPEX), de onde foram retirados os dados para a análise.

Quanto à abordagem especificamente do problema, a pesquisa qualitativa mostrou-se adequada. Prodanov e Freitas (2013, p. 70) explicam que a pesquisa qualitativa “[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.”

Uma das características principais dessa pesquisa é que esta trata o fenômeno estudado em seu ambiente natural, o pesquisador não tende a manipulá-la, pois seu objetivo é observá-la da forma que se manifesta naturalmente.

### 3.2 Quanto aos métodos utilizados

O método pode ser entendido como o caminho que se usa para chegar a um objetivo previamente traçado. Explicitamos a seguir os métodos utilizados para a realização do presente trabalho. Os autores pesquisados para tal foram Marconi e Lakatos (2003), Prodanov e Freitas (2013), Silva e Porto (2016).

#### a) Método de abordagem

Como método de abordagem foi utilizado o dialético. Marconi e Lakatos (2003, p. 101) destacam que nesse método “[...] as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada” encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro. ”

Assim, se leva em consideração que fatores externos ao fato ou objeto pesquisado podem o influenciar. Seguindo este raciocínio, entende-se que tudo sofre influência do meio em que se encontra, por isso esse método é adequado ao estudo aqui realizado, uma vez que as práticas docentes certamente mudam conforme as transformações do mundo e o tempo.

#### b) Método de procedimento

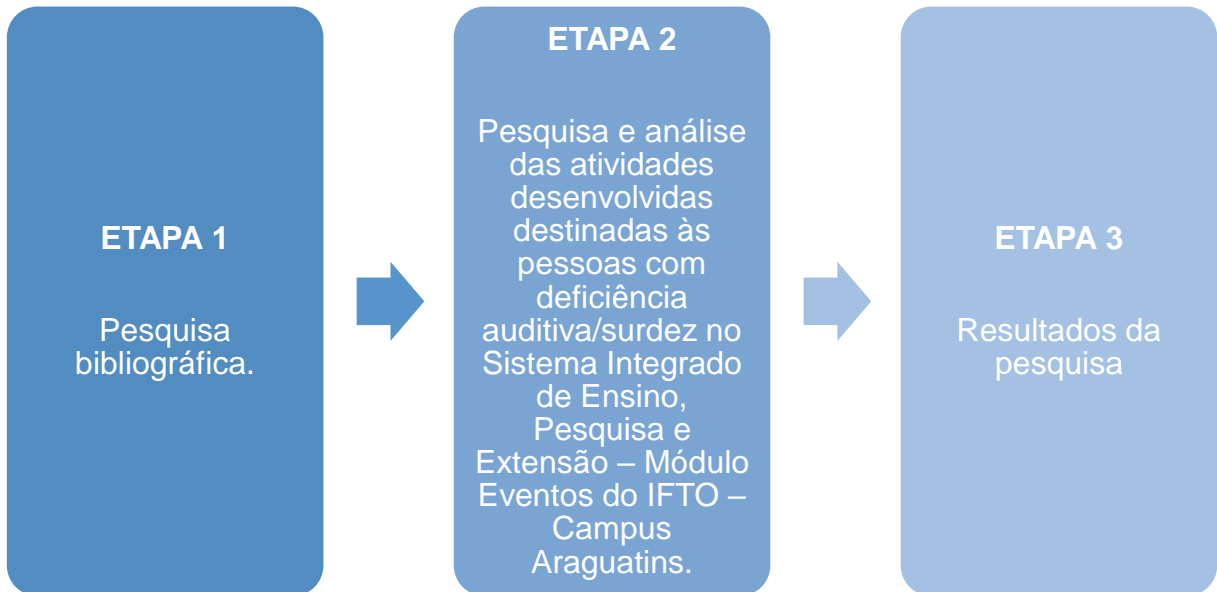
O método histórico foi o utilizado para a realização desse estudo. Este se caracteriza por fazer com que o pesquisador busque informar-se sobre os acontecimentos que deram origem ao seu objeto de estudo. Assim, ao entender como acontece esse processo, ele será capaz de analisar e compreender o resultado.

Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 37), “Seu estudo, visando a uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações.”

### 3.3 Método de trabalho

Para um melhor entendimento sobre o procedimento, será apresentado a seguir um fluxograma, onde estará descrito o que foi realizado desde o início da pesquisa até o seu resultado.

Figura 2 - Fluxograma com as etapas do desenvolvimento da pesquisa



Fonte: O próprio autor.

De forma detalhada, tem-se:

- Etapa 1: na primeira etapa foi pesquisado sobre o tema proposto para que pudesse se formar o referencial teórico desse estudo e refletido sobre o tema proposto.
- Etapa 2: na segunda etapa foi feito um levantamento das atividades desenvolvidas destinadas às pessoas com deficiência auditiva/surdez no Sistema Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão – Módulo Eventos do IFTO – Campus Araguatins. Posteriormente estas foram separadas de acordo com o ano em que foram realizadas e, assim analisadas.
- Etapa 3: nessa última etapa foi feita uma discussão sobre a análise da etapa anterior.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este tópico será composto da seguinte maneira: a partir do ano de 2016 serão expostas tabelas contendo a quantidade total de eventos realizados, a quantidade de atividades ocorridas em cada um desses eventos, a quantidade de atividades voltadas para a inclusão e um gráfico mostrando em porcentagem as atividades específicas, que são aquelas voltadas para as pessoas com deficiência auditiva/surdez, e as outras atividades, que são todas as outras atividades realizadas que não eram voltadas para as pessoas em questão no estudo.

Após isso, serão listados os eventos realizados, as atividades específicas, que tipo de atividade foi realizada no evento em questão (curso, mesa redonda, palestra, minicurso), a pessoa responsável por ela e a quantidade de pessoas que participaram. Depois de expostos as atividades de cada ano, elas poderão ser comentadas de forma individuais e/ou geral.

Vale destacar que as informações expostas neste tópico têm como fonte o site do Sistema Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão – Módulo Eventos do IFTO – Campus Araguatins.

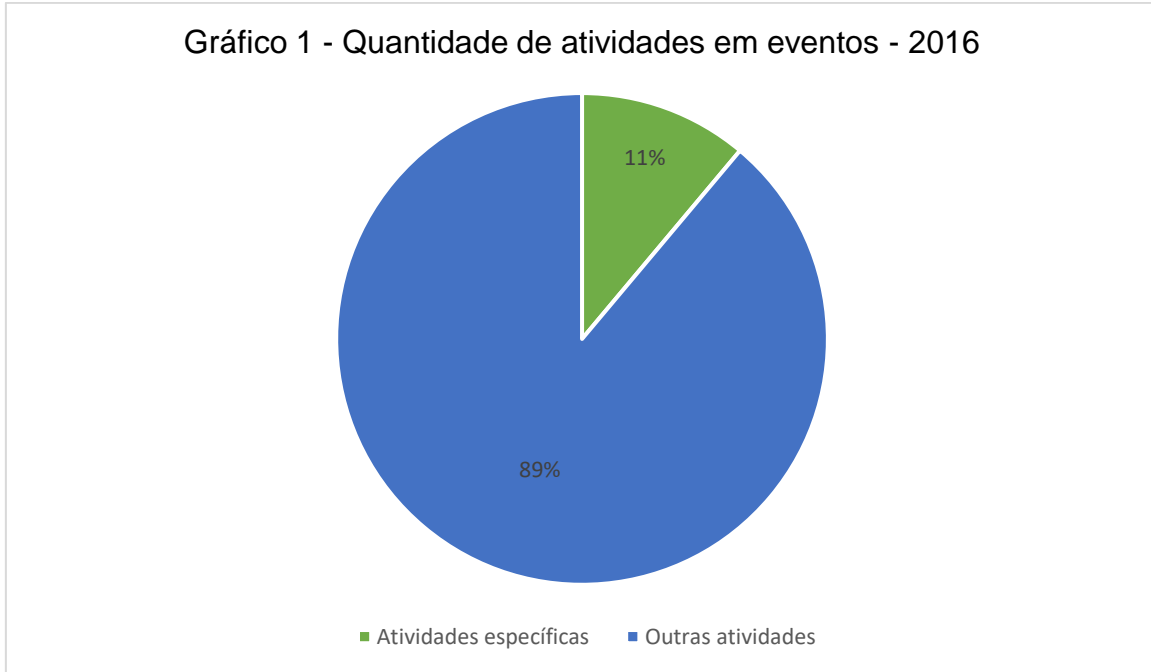
### 2016

Tabela 1 - Eventos do ano de 2016

Ano	Eventos realizados	Atividades Gerais	Atividades específicas	Nome da atividade	Quantidade de participantes	Responsável
2016	Identidade e Cultura Surda	1	1	Curso: Identidade e Cultura surda (Modulo geral)	9	William Jhone Ferreira Dias
	ENTEC	6				

Fonte: O próprio autor.

Gráfico 1 - Quantidade de atividades em eventos - 2016



Fonte: O próprio autor.

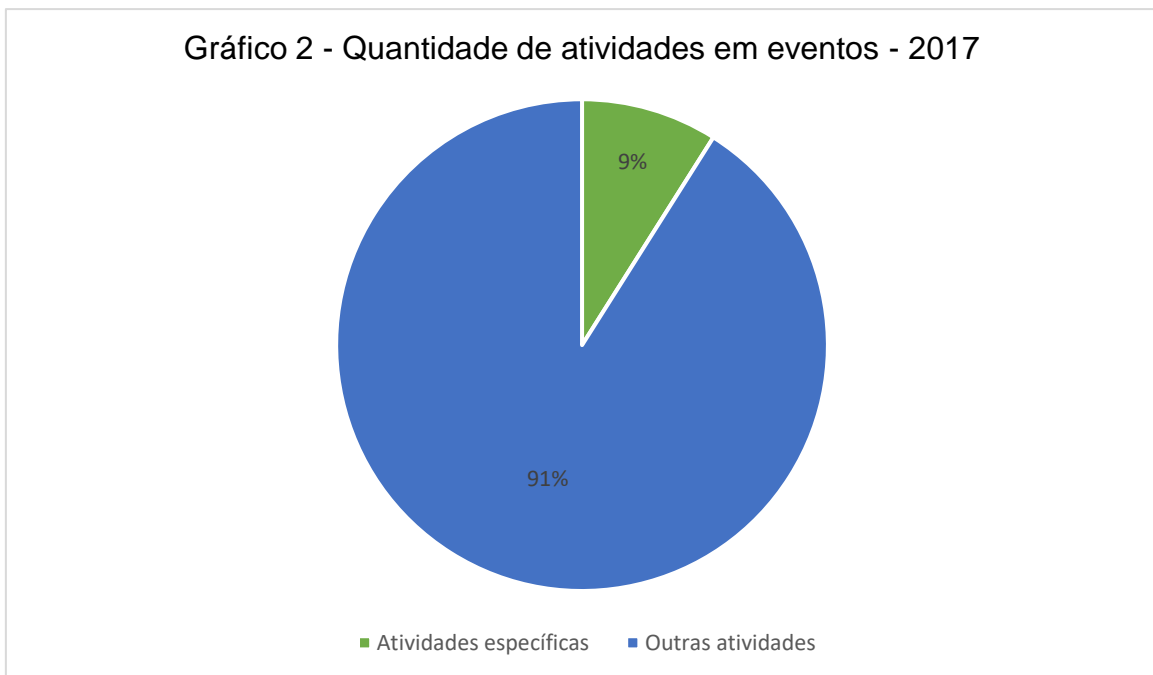
## 2017

Tabela 2 - Eventos do ano de 2017

Ano	Eventos realizados	Atividades Gerais	Atividades específicas	Nome da atividade	Quantidade de participantes	Responsável
2017	O ensino de LIBRAS na Educação Infantil	1	1	Palestra: O ensino de LIBRAS na Educação Infantil: a brincadeira como facilitadora do aprendizado	48	Maristela Tavares Gonçalves
	Identidade e Cultura Surda	1	1	Curso: Identidade e Cultura Surda	252	William Jhone Ferreira Dias
	Identidade e Cultura Surda	1	1	Curso: Identidade e Cultura Surda (modulo I)	5	William Jhone Ferreira Dias
	II SECOMP	12	1	Minicurso: LIBRAS aplicada ao ensino de Informática	13	Enio W. L. Silva e Jose M. M. Júnior
	IFORFEST	9	1	Minicurso: Libras para Informática	2	CALC, PIBID e IFTO

	Identidade e Cultura Surda	1	1	Curso: Identidade e Cultura Surda (modulo II )	423	William Jhone Ferreira Dias
	Identidade e Cultura Surda	1	1	Curso: Identidade e Cultura Surda (modulo III )	414	William Jhone Ferreira Dias

Fonte: O próprio autor



Fonte: O próprio autor.

## 2018

Tabela 3 - Eventos do ano de 2018

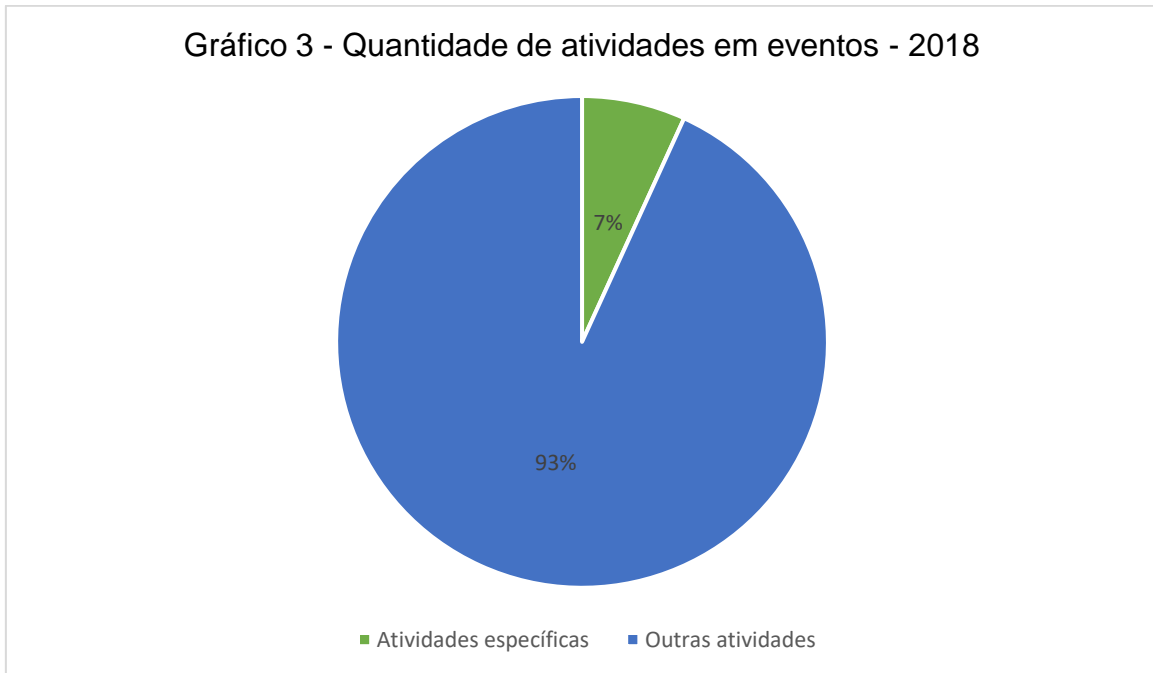
Ano	Eventos realizados	Atividades Gerais	Atividades específicas	Nome da atividade	Quantidade de participantes	Responsável
2018	Identidade e Cultura Surda	1	1	Curso: Identidade e Cultura Surda (modulo I) Básico	369	William Jhone Ferreira Dias
	Identidade e Cultura Surda	1	1	Curso: Identidade e Cultura Surda (modulo II ) Intermediário	436	William Jhone Ferreira Dias

<b>Identidade e Cultura Surda</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>Curso: Identidade e Cultura Surda (modulo III ) Avançado</b>	<b>475</b>	<b>William Jhone Ferreira Dias</b>
<b>Identidade e Cultura Surda</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>Curso: Identidade e Cultura Surda (modulo completo)</b>	<b>10</b>	<b>William Jhone Ferreira Dias</b>
<b>I SEBIO</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>Oficina: Desenvolvimento de Materiais Alternativos para o ensino de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais</b>	<b>8</b>	<b>Janaina Costa e Silva</b>
<b>III SECOMP</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>Palestra: Sistema de Auxílio Luminoso para Pais com deficiência Auditiva</b>	<b>210</b>	<b>Adeilson M. S. Cardoso e Enio W. L. Silva</b>
<b>III JINTER</b>	<b>24</b>	<b>1</b>	<b>Minicurso: O papel social da extensão Universitária como mecanismo de inclusão</b>	<b>2</b>	<b>Erica R. S. Somonetti</b>
<b>I Seminário de LIBRAS do IFTO, campus Araguatins</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>Oficina: Expressão não manual</b>	<b>21</b>	<b>Silvia F. N. Ramalho</b>
<b>I Seminário de LIBRAS do IFTO, campus Araguatins</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>Oficina: Participação do surdo na sociedade</b>	<b>22</b>	<b>Silvia F. N. Ramalho</b>
<b>I Seminário de LIBRAS do IFTO, campus Araguatins</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>Oficina: Escrita de sinais</b>	<b>17</b>	<b>Silvia F. N. Ramalho</b>
<b>I Seminário de LIBRAS do IFTO, campus Araguatins</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>Mesa redonda: Como se comunicar em Libras?</b>	<b>184</b>	<b>Silvia F. N. Ramalho</b>



	<b>I Seminário de LIBRAS do IFTO, campus Araguatins</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>Mesa redonda: Experiências na sala de aula inclusiva</b>	<b>183</b>	<b>Silvia F. N. Ramalho</b>
--	---	----------	----------	---	------------	-----------------------------

Fonte: O próprio autor.

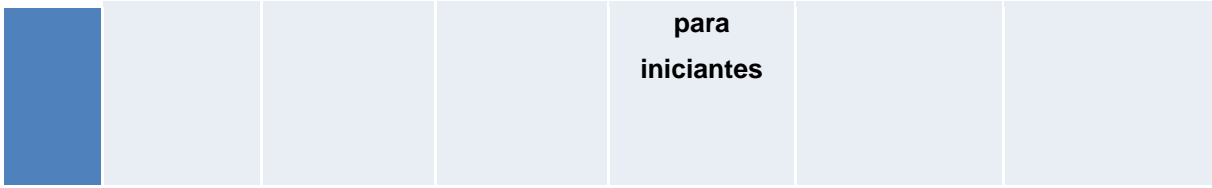


Fonte: O próprio autor.

## 2019

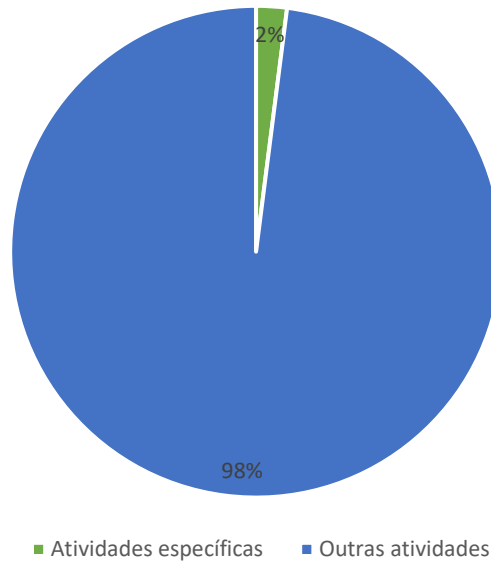
Tabela 4 - Eventos do ano de 2018

<b>Ano</b>	<b>Eventos realizados</b>	<b>Atividades Gerais</b>	<b>Atividades específicas</b>	<b>Nome da atividade</b>	<b>Quantidade de participantes</b>	<b>Responsável</b>
<b>2019</b>	<b>VI Flisol</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>Oficina: LIBRAS: A voz do Silêncio</b>	<b>6</b>	<b>Rogério P. de S. e Moises L. F. L. Júnior</b>
	<b>VI Flisol</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>Oficina: Ensino de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)</b>	<b>7</b>	<b>Rogério P. de S. e Moises L. F. L. Júnior</b>



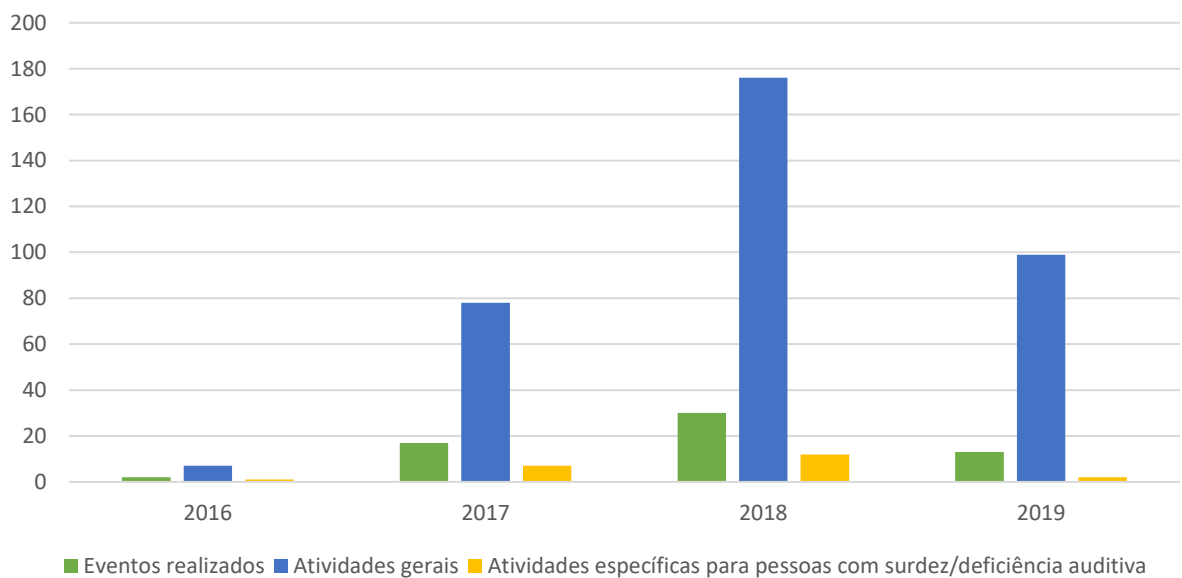
Fonte: O próprio autor.

Gráfico 4 - Quantidade de atividades em eventos - 2019



Fonte: O próprio autor.

Gráfico 5 - Eventos realizados de 2016 a 2019



Fonte: O próprio autor.

Com esses dados foi possível verificar que em todos os anos, de 2016 a 2019, foi ofertado um curso intitulado Identidade e Cultura Surda. É um curso de Libras e conhecimento da cultura surda disponibilizado todos os anos pelo IFTO – Campus Araguatins e ofertado pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

As atividades voltadas para o público surdo e/ou deficiente auditivo têm o objetivo de amenizar a falta de conhecimento existente sobre essa cultura e facilitar a inclusão dessas pessoas em ambientes diversos através da possibilidade de se comunicarem com outras pessoas que conhecem sua Língua.

Atividades como “Identidade e Cultura Surda”, “Libras para Informática”, “LIBRAS aplicada ao ensino de Informática”, “Como se comunicar em Libras?”, “Escrita de sinais”, “Expressão não manual”, “Participação do surdo na sociedade” e “Ensino de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para iniciantes”, servem para possibilitar uma comunicação mais eficiente entre pessoas surdas/deficientes auditivas e as que não o são; introduzi-las no mundo tecnológico através da conhecimento da informática e auxiliar a entrada no mercado de trabalho.

Sobre a Pessoa com Deficiência (PCD), ainda existe um pensamento fixado para as empresas que pessoas com deficiência não são capazes de efetivar um serviço como qualquer outra pessoa sem deficiência, e acabam não cumprindo o que a lei e o sistema de cotas determinam, dessa maneira, as empresas com grande contingente de funcionários estão sendo obrigadas a fazer tais contratações para não sofrerem penas administrativas do Ministério do Trabalho e Emprego.

A atividade de desmarginalização de pessoas com deficiência deve constituir planos nacionais de educação, que visem alcançar a educação para todos. A inclusão social tem como característica essencial a equiparação de oportunidades, a interação recíproca de pessoas com e sem deficiência e a pleno acesso às disposições da sociedade. É válido saber que um meio social inclusivo deve abranger não só pessoas portadoras de deficiência, mas todas as minorias inseridas no contexto social. Lutar pela inclusão social é e deve ser responsabilidade de cada um e todos coletivamente, pois é uma medida de ordem econômica, dado que quando o portador de deficiência e outras minorias passam a ser cidadão produtivos, que compreendem seus direitos e deveres, diminuem os custos sociais.

A esfera a que a pessoa com surdez pertence, uma vez que não lhe proporciona as condições para que sejam efetivadas trocas significativas com o meio

social e físico não desenvolve ou incita a possibilidade de representação dessas pessoas, e, por conseguinte, compromete o exercício do pensamento, expõe Damázio (2007)

Já atividades voltadas às crianças e estudantes no geral, como “O ensino de LIBRAS na Educação Infantil: a brincadeira como facilitadora do aprendizado”, “Experiências na sala de aula inclusiva”, “Desenvolvimento de Materiais Alternativos para o ensino de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais”, podem transformar o pensamento das crianças desde cedo e mudar a visão e o tratamento que o mundo tem dessas pessoas nas próximas gerações.

A conjuntura da educação infantil está inserida em um ambiente ideal para o exercício da Língua de Sinais por meio do desenvolvimento de atividades lúdicas e variadas que tendem a complementar o ensino de conteúdos necessários ao nível de aprendizagem e de valores como a solidariedade e o respeito, propiciando a interatividade, as noções de sociabilidade assim como o estreitamento das relações afetivas entre crianças de um modo geral e entre surdos e ouvintes, dessa forma, possibilita aos menores as noções essenciais para a vida em sociedade, além de promover os conhecimentos necessários para seu crescimento intelectual. Assim, incentiva o caminho a erradicação da desigualdade dentro e fora do cenário escolar.

A Libras, para o aluno surdo, vai além da sua forma de falar. É o recurso de linguagem mais importante para o seu desenvolvimento intelectual, social e afetivo. A Libras por si só não tem capacidade de reaver um estudante do “estado de inércia” durante a aprendizagem. De acordo com Damázio (2007), se somente ter uma língua fosse ponto chave do aprendizado, não existiria percalços de rendimento escolar entre os ouvintes, já que iniciam a vida escolar com a língua oral desenvolvida.

É coerente, ainda segundo Damázio (2007), que sejam ampliadas as situações de comunicação em espaços bilíngues, assim como atender as necessidades específicas do aluno com surdez/deficiência auditiva por meio de estratégias que promovam a sua aprendizagem e mesmo com o uso de Libras, incentivar a aprendizagem da Língua Portuguesa em sua forma escrita, pois independente do meio escolar, as informações que rodeiam a pessoa surda/deficiente auditiva estão representadas dessa forma e, menosprezar a necessidade de aprender a ler e escrever em detrimento da boa fluência em Libras é um erro que pode acarretar em grandes prejuízos.

Um número significativo de alunos surdos em classe regular tem poucas chances de pleno acesso ao currículo escolar para apropriar-se e construir conhecimento pois o processo educacional dos mesmos acontece em condições desiguais. Mas, é possível que sejam oferecidas condições que favoreçam seu pleno desenvolvimento, assegurando assim o direito constitucionalmente garantido à educação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, foi possível destacar as mais evidentes concepções de escolarização do aluno surdo, no tocante a Língua de Sinais, classificada como a primeira língua da pessoa surda/deficiente auditiva, é o principal meio de ingresso para que este se relacione com o mundo e faça parte efetiva do meio social em que está inserido.

Mesmo com a existência de uma garantia legal da utilização da Libras nos ambientes públicos, é inegável que ainda falta muito para a concretização desse direito, pois, se percebe no meio social a falta ou a insuficiente utilização dos sinais nesses ambientes.

Notou-se que é necessário prover condições aos estudantes e trabalhar a mudança de velhos paradigmas sobre a deficiência, a fim de respeitar o acesso à informação por meio de Libras, e que não bastam somente leis e decretos não cumpridos plenamente.

É sabido que o processo educacional de uma criança com necessidades educativas é uma experiência nova para o professor e pode ser definida como um desafio. Partindo do pressuposto que todo aluno tem a possibilidade de aprender, nas técnicas e nas maneiras que lhe são adequados, é fundamental que todo professor tenha uma grande expectativa nutrida por cada aluno.

A conquista da aprendizagem é consequência da exploração de possibilidades, talento e as predisposições atuais do aluno. Todas suas especificidades precisam ser assinaladas e reconhecidas, mas nunca para limitar seu processo de ensino. As instituições de ensino devem analisar as inovações em sua conduta política pedagógica para determinar a necessidade de incitar propostas inclusivas na escola comum.

Nesse segmento, os conceitos de educação inclusiva devem ser revistos e reformados pois ela é o alicerce primordial para o desenvolvimento social das pessoas com deficiência. No entanto, deve-se salientar que negligenciar as especificidades de um aluno com necessidades educativas especiais em uma sala de aula regular não é inclusão pois as dificuldades estão presentes e quando passamos a avaliá-las de forma crítica o trabalho pode ser mais bem organizado previamente.

Portanto, é imprescindível que o poder público federal, estadual e municipal esteja ciente dos problemas relacionados à educação para todos, como uma

obrigação coletiva, obrigação esta que deve ser cumprida, e não como um favor para nós.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. L. da S.; LIRA, A. K. M. Construção da cidadania através da inclusão: um estudo sobre acessibilidade para pessoas surdas aos serviços de atendimento na universidade federal do Ceará. **Extensão em ação**. V.3, Nº2 Jul / Dez 2013. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/13338/1/2013\\_art\\_alsalmeida.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/13338/1/2013_art_alsalmeida.pdf). Acesso em: 20 mai. 2020.

BENEDETTI, Y. A LIBRAS no Brasil. **Em Pauta**. 2015. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/empauta/2015/06/a-libras-no-brasil/>. Acesso em: 19 dez. 2018.

BISOL, C. A. & VALENTINI, C. B. Surdez e Deficiência Auditiva - qual a diferença? **Objeto de Aprendizagem Incluir** – UCS/FAPERGS, 2011. Disponível em: [www.grupoelri.com.br/Incluir/.../OA\\_SURDEZ\\_Surdez\\_X\\_Def\\_Audit\\_Texto.pdf](http://www.grupoelri.com.br/Incluir/.../OA_SURDEZ_Surdez_X_Def_Audit_Texto.pdf). Acesso em: 03 dez. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 05/10/1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 18 dez. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 1 de agosto de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental. 1999. Disponível em: [portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf). Acesso em: 18 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de educação especial. Brasília: secretaria de educação Especial, 2010. 72p. Disponível em: [portal.mec.gov.br/docman/setembro-2010-pdf/6726-marcos-politicos-legais](http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2010-pdf/6726-marcos-politicos-legais). Acesso em: 19 dez. 2018.

BUFFA, M. J. M. B. **A inclusão da criança deficiente auditiva no ensino regular: uma visão do professor de classe comum**. São Paulo, 2002. Dissertação, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/61/61131/tde-24062008-111505/pt-br.php>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.



FREIRE, F. **A interação professor-aluno e suas implicações pedagógicas.**

Londrina, 2000. Disponível em:

<http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/ensino/article/view/1196/1148>. Acesso em: 18 dez. 2018.

FORPROEX. Fórum De Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Disponível em:

<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2020.

GIANOTTO, Adriano de Oliveira. **Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como fator de desenvolvimento local em contextos de territorialidades.** Campo Grande, 2016. Dissertação, Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em:

<https://site.ucdb.br/public/md.../22498-dissertacao-adriano-de-oliveira-gianotto.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível em:

<http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 dez. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. Conselho Universitário. **Resolução nº 87/2019, de 18 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre critérios e procedimentos para a institucionalização das

Avidades de Extensão do Instituto Federal do Tocantins. Palmas, 2019. Disponível em:

<http://www.ifto.edu.br/iftocolegiados/consup/documentos-aprovados/regulamentos/extensao/resolucao-consup-87-2019.pdf/view>. Acesso em: 23 mai. 2020.

LEÃO, A. M. de C. **O processo de inclusão:** a formação do professor e sua expectativa quanto ao desempenho acadêmico do aluno surdo. São Carlos, 2004. Dissertação, Universidade Federal de São Carlos. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3020/DissAMCL.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 dez. 2018.

LIMA, C. F. de S. **A comunicação do professor com o aluno surdo:** entre gritos, choros e desejos. Brasília, 2015. Monografia, UnB. Disponível em:

[bdm.unb.br/bitstream/10483/15094/1/2015\\_CleniaFabianaDeSouzaLima\\_tcc.pdf](bdm.unb.br/bitstream/10483/15094/1/2015_CleniaFabianaDeSouzaLima_tcc.pdf). Acesso em: 04 dez. 2018.

LINO, C. C. T. S. **A formação de professores e dificuldades acadêmicas:** inclusão de alunos surdos em escola estadual. Londrina, 2015. Dissertação, UNOPAR. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190836>. Acesso em: 03 dez. 2018.

LUFT, C. P. **Minidicionário Luft.** São Paulo: Ática, 2002. p. 688.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola: inclusão e Educação:** doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo, 2006. p. 211. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000175&pid=S1413-6538201300020000700025&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000175&pid=S1413-6538201300020000700025&lng=pt). Acesso em: 19 dez. 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. Editora Atlas, São Paulo, 5. ed., 2003. Disponível em: [www.dem.fmed.uc.pt/Bibliografia/Livros\\_Educacao\\_Medica/Livro27.pdf](http://www.dem.fmed.uc.pt/Bibliografia/Livros_Educacao_Medica/Livro27.pdf). Acesso em: 26 ago. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de fevereiro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2\\_b.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_b.pdf). Acesso em: 18 dez. 2018.

MIOTTO, A. C. F. As práticas curriculares no contexto da sala de aula inclusiva: avanços e impasses na inclusão dos educandos com deficiência visual. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 4, n. 1, p. 34-49, maio 2010. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/118/84>. Acesso em: 18 dez. 2018.

MUTTÃO, M. D. R.; LODI, A. C. B. Formação de professores e educação de surdos: revisão sistemática de teses e dissertações. São Paulo, 2018. **Psicologia Escolar e Educacional**, Número Especial, 49-56. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2018/044>. Acesso em: 18 dez. 2018.

NOBRE, R. S. **Processo de grafia da língua de sinais – uma análise fonomorfológica da escrita em Signwriting**. Santa Catarina, 2011. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/130863>. Acesso em: 17 dez. 2018.

PEREIRA, M. C. da C. VIERIA, M. I. da S. Bilinguismo e Educação de Surdos. **Revista Intercâmbio**, volume XIX: 62-67, 2009. São Paulo.

RIBEIRO, S. C. L. A educação física e a surdez. **Domínio: conhecimentos – estudo comparativo entre alunos surdos e alunos ouvintes**. Porto, 2011. Dissertação, Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/.../TESE%20Mestrado%20Snia%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2018.

RODRIGUES, D. As dimensões de adaptação de actividades motoras. **Revista brasileira Educação Física Especial**, São Paulo, v. 20, p. 53-58, set., 2006. Suplemento 5.

SIEPEX - Sistema Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFTO Campus Araguatins. **Modulo Eventos**. Disponível em: [http://www.grupodesenvolvimento.com.br/siepex/index.php?p=home\\_acao&acao=listar](http://www.grupodesenvolvimento.com.br/siepex/index.php?p=home_acao&acao=listar). Acesso em: 23 maio 2020.

VEIGA, L. C. L da. **O papel do gestor escolar no processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais**. Brasília, 2014. Monografia, UnB. Disponível em:

[bdm.unb.br/bitstream/10483/9198/1/2014\\_LigiaCorreaLustosadaVeiga.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9198/1/2014_LigiaCorreaLustosadaVeiga.pdf). Acesso em: 04 dez. 2018.